

O Plano Cultura 2020 é uma iniciativa do Secretário de Estado da Cultura, desenvolvida pelo Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, em articulação com um conjunto alargado de universidades e investigadores, com o apoio da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

Consiste numa série de nove estudos, com diferentes áreas de ação, todas elas relacionadas com as recomendações feitas pela Comissão Europeia para a governação e programação de fundos nos próximos sete anos, procurando contribuir para que decisores políticos, agentes culturais, agentes económicos e a sociedade civil, em geral, estejam mais preparados para tomar decisões e operar em domínios relacionados com a área da cultura.

O estudo “Cooperação Territorial Europeia e Cultura” é o sexto a ser concluído.

Mais informação em [www.gepac.gov.pt](http://www.gepac.gov.pt)

## CULTURA 2020



### Apresentação do Estudo:

### “Cooperação Territorial Europeia e Cultura”

27 de junho

## Cooperação Territorial Europeia e Cultura

Núcleo de Investigação em Políticas Económicas da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho

Coordenação Global: Professor Francisco José Veiga

### Algumas conclusões:

- ✓ A Cooperação Territorial Europeia (CTE) é, desde o período de programação 2007-2013, um dos objetivos prioritários da política de coesão da União Europeia (UE);
- ✓ A CTE integra 3 tipos de cooperação: Cooperação Transfronteiriça, Cooperação Transnacional e Cooperação Inter-Regional;
- ✓ O Conselho Europeu aprovou um orçamento de 8.948 milhões de euros para a CTE para o próximo período de programação, substancialmente inferior àquele que tinha sido inicialmente proposto pela Comissão, mantendo, aproximadamente, a dotação financeira do período de programação precedente. Deste montante, 6.627 milhões de euros destinam-se à Cooperação Transfronteiriça (74,1% do total), 1.822 à Cooperação Transnacional (20,4% do total) e 500 milhões à Cooperação Inter-Regional;
- ✓ Em 2000-2006 foram apresentados 3.045 projetos CTE, envolvendo 18.194 parceiros, com um montante de financiamento europeu de 1.801.390.694 euros, enquanto no período 2007-2013 foram apresentados 5.617 projetos, associados a 31.128 parceiros, com um financiamento europeu na ordem dos 6.471.515.174 euros;
- ✓ Da análise dos anteriores períodos de programação resulta evidente que existe uma clara preponderância dos projetos de Cooperação Transfronteiriça, que representam 57% do total em 200-2006 e 78% em 2007-2013;
- ✓ Relativamente ao número de parceiros e ao financiamento, a Cooperação Transnacional tem maior peso no período 2000-2006, enquanto a Cooperação Transfronteiriça domina claramente no período 2007-2013;
- ✓ No que concerne aos projetos CTE com componente cultural, com base na



## CULTURA 2020



### Apresentação do Estudo:

### “Cooperação Territorial Europeia e Cultura”

27 de junho

definição abrangente, foram identificados 656 projetos e 3.498 parceiros em 2000-2006 e 1.216 projetos e 5.866 parceiros em 2007-2013;

- ✓ Os projetos com componente cultural revelam igualmente um domínio da Cooperação Transfronteiriça a todos os níveis no período 2007-2013, e relativamente ao número de projetos no período 2000-2006, enquanto a Cooperação Transnacional evidencia um maior peso ao nível dos parceiros e do financiamento entre 2000-2006;
- ✓ Verifica-se um forte aumento do financiamento total dos projetos com componente cultural, que mais do que triplica de um período de programação para o outro, atingindo cerca de 992 milhões de euros em 2007-2013, correspondente a 17,1% do financiamento do total de projetos CTE;
- ✓ Um conjunto de 1.064 entidades portuguesas foram parceiras de 543 projetos de CTE, beneficiando de um total de 112,4 milhões de euros, correspondentes a 9,8% do financiamento total dos nove programas em que Portugal participou no período 2007-2013;
- ✓ Relativamente aos projetos CTE de índole cultural, 190 entidades portuguesas foram parceiras de 84 projetos, beneficiando de um financiamento de cerca de 22 milhões de euros, correspondentes a 19,6% do financiamento para projetos com componente cultural nos nove programas de CTE em que Portugal participou no período 2007-2013;
- ✓ O Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) é o que mais se destaca no financiamento de projetos da área da cultura, envolvendo parceiros portugueses, contribuindo com mais de metade dos projetos (48) e com cerca de 2/3 dos parceiros (139) e do financiamento (15,9 milhões de euros);
- ✓ Só 13 projetos da área da Cultura tiveram entidades portuguesas como líderes de projeto no período 2007-2013;
- ✓ Numa análise dos projetos da área da Cultura por domínio, observou-se que os domínios "Interdisciplinar", "Turismo Cultural" e "Património" abarcam 85,7% do total de projetos com parceiros nacionais da área da Cultura. Relativamente ao número de parceiros e ao financiamento, o "Turismo Cultural" assume um papel de liderança, com uma importância relativa de 48,9% e 49,7%, respetivamente;
- ✓ Não foram identificados quaisquer projetos com parceiros portugueses nos domínios dos Arquivos, Bibliotecas, Arquitetura e Publicidade;
- ✓ Das 190 entidades portuguesas parceiras de projetos com conteúdo cultural, mais de metade (102) são autarquias locais, seguindo-se as entidades da Administração Central e Regional e as do Terceiro Setor;
- ✓ As autarquias locais arrecadaram 56% do total de financiamento, absorvendo cerca de 12 milhões de euros para projetos culturais;
- ✓ Numa ótica de análise do financiamento por país, denota-se claramente a maior capacidade de captação de financiamento por parte dos parceiros espanhóis, que arrecadaram 74% do financiamento POCTEP e 86% do Programa Operacional Transnacional Madeira-Açores-Canárias (MAC) para a área da Cultura, enquanto os parceiros portugueses ficam com os restantes 26% e 14%, respetivamente;
- ✓ A capacidade das entidades portuguesas para captar financiamento destaca-se, de forma mais significativa, nos programas Espaço Atlântico

## CULTURA 2020



### Apresentação do Estudo:

“Cooperação Territorial  
Europeia e Cultura”

27 de junho

(26%) e URBACT II (10%), surgindo Portugal em melhor posição relativa face à generalidade dos demais países da UE.

### Algumas recomendações:

- ✓ Estando ainda em curso as negociações para a definição das prioridades e termos dos programas de CTE, a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) deve promover, junto das autoridades portuguesas com responsabilidade em matéria de programação, a inclusão de *entry-points* que permitam desenvolver iniciativas de base cultural nesses programas;
- ✓ A SEC deve delinear, juntamente com as entidades do setor, uma estratégia clara para a utilização dos fundos destes programas, maximizando as possibilidades de obter aprovação em projetos em que participem entidades portuguesas;
- ✓ A SEC deve promover um diálogo com outras entidades, nomeadamente com os municípios, e com as CCDR, para garantir a coerência das políticas culturais, a concertação estratégica e uma abordagem eficiente para a participação nos programas de CTE;
- ✓ A SEC, diretamente ou através das Direções Regionais de Cultura, deve incentivar a participação de entidades culturais ou com responsabilidades em matéria de política cultural nas ações de informação, formação e animação que venham a ser organizadas pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC), as CCDR e as Autoridades de Gestão dos Programas;
- ✓ A SEC deve promover junto da ADC e das CCDR uma bolsa de potenciais parceiros com interesse e capacidade em participar nos programas de CTE, facilitando, desta forma, a sua integração em parcerias e a sua participação em redes de intercâmbio de experiências e boas práticas;
- ✓ Dado que em alguns programas de CTE, a participação das administrações com responsabilidade em matéria cultural de âmbito regional é privilegiada, as Direções Regionais de Cultura devem ver melhoradas as suas dotações técnicas e de recursos humanos e financeiros;
- ✓ Atendendo a que nos programas de CTE existe um conjunto de prioridades não culturais, às quais se podem associar dimensões culturais, nomeadamente o ambiente, o turismo, ou a reabilitação patrimonial e paisagística, a SEC deve promover, conjuntamente com as tutelas dessas áreas, a concertação entre entidades dos vários setores;
- ✓ Considerando que aspetos como a inovação e o empreendedorismo serão transversalmente privilegiados no âmbito das prioridades, conviria que a tutela delineasse uma estratégia para evidenciá-los em iniciativas de base cultural ou relacionadas com a cultura;
- ✓ Para facilitar a execução dos programas, a SEC, no âmbito dos contactos políticos com a SE do Desenvolvimento Regional, deve impulsionar a simplificação dos procedimentos de controlo dos projetos por parte da ADC;
- ✓ A SEC deve promover e contribuir para a divulgação dos projetos de carácter cultural liderados ou em que participam entidades portuguesas;
- ✓ A propósito do potencial reforço do objetivo de CTE, a SEC deve ter um papel ativo na definição das orientações estratégicas de Portugal neste domínio, promovendo o alargamento dos territórios cobertos por programas de CTE a países com os quais se partilhem elementos identitários relevantes, tais como a língua, a cultura ou o património.

